

| | | |
|--|--------------------------|------------------|
| Informação n.º: 9936 Livro: Correspondência | Processo: 'processo n.º' | Data: 22/12/2022 |
|--|--------------------------|------------------|

Assunto: Revisão do Plano Diretor Municipal - Decisão prévia ao início da fase de Discussão Pública

1. Âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal

Em primeiro lugar importa referir que, com fundamento no nº1 do artigo 15º do Dec. Lei 166/2008, na redação atual, o procedimento de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere decorre em simultâneo com a delimitação da REN a nível municipal.

2. Parecer final da Comissão Consultiva

O parecer final da Comissão Consultiva, previsto no artigo 85º do Dec. Lei 80/2015, na redação atual, referente à revisão do PDM, foi emitido em 29/11/2018.

No Anexo 1 consta este parecer, bem como os pareceres emitidos pelas entidades no âmbito do mesmo.

3. Âmbito da concertação

No âmbito da fase de concertação - quando os pareceres das entidades, emitidos no âmbito do parecer final da Comissão Consultiva, são favoráveis condicionados e as situações em causa pouco complexas - foram enviados, às entidades em causa, os elementos da proposta do PDM adequados aos mesmos, dando-lhes o prazo de 30 dias para se pronunciarem querendo (o que nunca aconteceu). As notificações respetivas constam no Anexo 2.

No que diz respeito às entidades Turismo de Portugal, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Direção Geral de Energia e Geologia, Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, Redes Energéticas Nacionais, Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e Agência Portuguesa do Ambiente, os últimos pareceres emitidos no âmbito da fase de concertação contam no Anexo 3.

Com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, foi efetuada reunião de concertação, cuja ata consta no Anexo 4.

Ocorreu também conferência decisória, ao abrigo do nº 6 do artigo 11º do Dec. Lei 166/2008, na redação atual, que envolveu as entidades Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. A ata respetiva está no Anexo 5, bem como o parecer da primeira Entidade, nesse domínio, que considera *“a proposta de delimitação da REN, reformulada e em concordância com o ocorrido em conferência decisória”*.

4. Análise dos pareceres e das atas, que ocorreram no âmbito da concertação

A este respeito importa referir que, de acordo com o nº 2 do 87º do Dec. Lei 80/2015, na redação atual, *“Quando o consenso não for alcançado, a câmara municipal elabora a versão da proposta de plano municipal a submeter a discussão pública, optando pelas soluções que considere mais adequadas e salvaguardando a respetiva legalidade”*.

Refere-se, relativamente aos pareceres das entidades Direção Geral do Património Cultural, Infraestruturas de Portugal, S.A., Direção Geral do Território, Águas do Vale do Tejo, S.A., Instituto Nacional para a Reabilitação e Tagusgás, S.A., que o consenso foi alcançado, dado que não se pronunciaram face aos elementos da proposta de PDM enviados.

No que diz respeito aos pareceres das entidades Turismo de Portugal, Direção Geral de Energia e Geologia e Redes Energéticas Nacionais, esclarece-se que consenso também foi alcançado, dado que os seus últimos pareceres não têm qualquer condicionante.

No que concerne ao parecer da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, clarifica-se que o consenso também foi alcançado, embora o mesmo seja desfavorável, relativamente à desafetação da mancha de RAN U68 Norte, dado que a área dessa mancha se manteve em RAN, apesar do perímetro da zona em causa, com a forma constante no lado direito da planta do Anexo 6, coincidir com essa condicionante;

No que diz respeito ao parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, esclarece-se que o consenso também foi alcançado, dado que a correção, no relatório ambiental, do quadro constante no Anexo 7, supriu a condicionante desse parecer.

Quanto ao parecer do Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, refere-se que a metodologia aplicada à delimitação das Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos (AEPRA) tem em conta os critérios que são os publicados e ponderados pelas entidades de tutela. A afirmação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no seu parecer constante no Anexo 5, segundo a qual *“a proposta de delimitação da REN, reformulada e em concordância com o ocorrido em conferência decisória”*, atesta essa metodologia foi cumprida.

Considera-se, por isso que, embora o consenso não tenha sido alcançado relativamente a este parecer, a câmara municipal salvaguardou a respetiva legalidade, respeitando o nº 2 do 87º do Dec. Lei 80/2015, na redação atual.

No que concerne ao parecer da Agência Portuguesa do Ambiente referente ao PDM (no Anexo 3) consta outro referente às exclusões de REN), considera-se, face aos fundamentos do relatório de ponderação constante no Anexo 8 que, embora o consenso não tenha sido alcançado relativamente a este parecer, a câmara municipal também salvaguardou a respetiva legalidade, respeitando o nº 2 do 87º do Dec. Lei 80/2015, na redação atual.

Quanto ao parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sublinha-se que, na sequência da reunião de concertação, cuja ata consta no Anexo 4, essa Entidade refere na ata de conferência decisória (que está no Anexo 5), *“procedeu-se igualmente a uma apreciação genérica das alterações relevantes agora introduzidas, alertando-se para o cumprimento das principais questões anteriormente suscitadas pela CCDDR-LVT, ao nível do RJGT e PROTOVT”*.

Considerando que, na conclusão da proposta de PDM a Câmara Municipal cumpriu este alerta da CCDDR-LVT, julga-se que o consenso também foi alcançado com esta Entidade.

5. Ações futuras no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal

5.1. Na vertente do Plano Diretor Municipal

As ações que falta levar a efeito no âmbito da revisão do PDM, são as seguintes:

- Decisão prévia ao início da fase de Discussão Pública (que é objeto desta informação);
- Discussão Pública, que é iniciada com deliberação da Câmara Municipal de abertura de um período de discussão pública;
- Ponderação das reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados no âmbito da Discussão Pública e resposta aos interessados, sempre que legalmente se justifique;
- Ponderação e divulgação dos resultados da Discussão Pública e elaboração da versão final da proposta de PDM;
- Proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, de aprovação da versão final da proposta de PDM;
- Aprovação da proposta PDM pela Assembleia Municipal;
- Ratificação, quando o PDM aprovado pela Assembleia Municipal revogar ou alterar disposições constantes em programa setorial, especial ou regional;
- Publicação no Diário da República e depósito na Direção-Geral do Território;

5.2. Na vertente da delimitação da REN a nível municipal

A ação que falta levar a efeito no âmbito da delimitação da REN a nível municipal, é a seguinte:

- Remeter a proposta de delimitação da REN a nível municipal à CCDR-LVT, após a conclusão da fase de Discussão Pública da revisão do PDM.

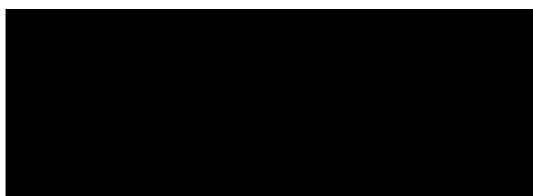
6. Proposta de decisão

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal:

- Comunique ao Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia que considera que, na adequação da proposta de PDM ao parecer dessa Entidade, salvaguardou a respetiva legalidade, respeitando por isso nº 2 do 87º do Dec. Lei 80/2015 na redação atual, enviando-lhe esse documento (consta no Anexo 9), e também o extrato desta informação, na parte referente a este parecer;

- Comunique à Agência Portuguesa do Ambiente que considera que, na adequação da proposta de PDM ao parecer dessa Entidade, salvaguardou a respetiva legalidade, respeitando por isso n.º 2 do 87.º do Dec. Lei 80/2015 na redação atual, enviando-lhe esse documento (consta no Anexo 9), e também o extrato desta informação, na parte referente a este parecer e do relatório de ponderação (está no Anexo 8);
- Comunique à Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo que considera que, na adequação da proposta de PDM ao parecer dessa Entidade, respeitou o parecer dessa Entidade, dado que a área mancha U68 Norte se manteve em RAN, apesar do perímetro da zona em causa, com a forma constante no lado direito da planta do Anexo 6, coincidir com essa condicionante;
- Insira na PCGT (plataforma de gestão territorial), esta informação e seus documentos anexos, bem como a deliberação respetiva;
- Solicite à CCDR-LVT para, na PCGT, passar à fase de Discussão Pública

Alerta-se que, de acordo com o n.º 7 do artigo 89 do Decreto-Lei 80/2015, são obrigatoriamente públicas, todas as reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer plano municipal.



Técnico Superior